

Quem manobra com a "indústria das invasões"

Contra essa espécie de contravenção, a Secretaria de Serviços Sociais quer lançar o João de Barro

AUGUSTO ROCHA
Da Editoria de Cidade

Ligado intimamente à história de Brasília, o hoje crônico problema das invasões começou com a transferência da capital, há mais de 25 anos. Além dos indicadores sócio-econômicos dados como causadores pelos estudiosos do assunto, tais como migração, baixa renda e desemprego, existe um fator seminovado de relevância, que fomenta o surgimento constante de novas invasões, tornando quase inócuas as ações do Governo, interessado em erradicá-las: a chamada "indústria das invasões". Ocupadas geralmente por migrantes oriundos das diversas regiões do País, as invasões surgem como uma grande tentação para as populações de baixíssima ou sem nenhuma renda, que aqui chegam tardiamente em busca do "el dorado".

A ausência aparente de encargos sociais, tipo água, luz e transporte (nos casos do Plano Piloto); o desemprego inicial, o subemprego ou o biscoito fazem das invasões a melhor opção, logo frustrada pela presença dos "industriais das invasões" que, como profissionais, invadem, plantam um monte de barracos, alugam e sobrevivem ostensivamente às custas da miséria alheia. Para o secretário de Serviços Sociais, Osmar Alves de Melo, "a erradicação desse mal é uma decisão política que depende do GDF, por envolver grandes recursos".

Alves de Melo anunciou como prioridade de sua administração a construção de 6 mil casas populares em regime de mutirão, como parte do Projeto João de Barro, o que só está dependendo da liberação, pelo BNH, dos recursos solicitados pelo Governo do Distrito Federal. Para o secretário, "esta não deixa de ser uma maneira de erradicar as invasões".

ASSENTAMENTO

Ao denunciar a presença em Brasília de "bem-sucedidos empresários de invasões", o arquiteto coordenador do Grupo Executivo Para Assentamento de Favelas e Invasões (GEPAFI), Luis Fernando de Moraes Silva, disse que o Grupo, instituído há 3 anos, trabalhou diuturnamente na elaboração de projetos que possibilitaram um importante avanço da ação do Governo em relação à habitação das famílias residentes em invasões no Distrito Federal.

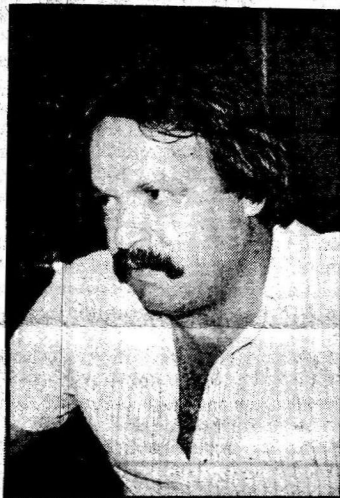
Tendo participado da experiência-piloto da erradicação de invasões no Distrito Federal, como assistente social e posteriormente como administradora da Ceilândia, cujo prefixo "GCEI" significa "Campanha de Erradicação de Invasões", Maria de Lourdes Abadia Bastos, que assumirá a diretoria-executiva da Fundação do Serviço Social, declarou que Brasília, como cidade-modelo que é, deveria possuir uma política de prevenção contra a proliferação de favelas e invasões, bem como de combate ostensivo às clandestinas "indústrias de invasões".

Mas há quem resista a mudanças: dois migrantes invasores declararam que, mesmo que o GDF ofereça a eles um lote ou uma casa, eles recusarão. Cearense de Sobral, 39 anos, servente de limpeza num bloco da 111 Norte, Antonio Lopes Rodrigues mora na invasão da UnB, na altura da 213/214 Norte há 2 anos. Segundo ele, morar perto do trabalho proporciona o melhor uso dos seus 800 mil cruzeiros de salário, ganhos mensalmente pelo trabalho de mais de 18 horas diárias.

O mesmo motivo foi alegado por sua prima Antonia Lopes Rodrigues, 34 anos, uma filha, e que reside com o marido, servente de limpeza do Banco do Brasil, Arcelino José Rodrigues. Dona Antonia enfatizou que se forem importunados pelo Governo, preferem voltar para o Ceará do que ter que pagar além do "caríssimo" transporte, água, luz, e outros encargos, hoje comodamente substituídos pela água de bica, luz de lâmpada e moradia gratuita, pelo menos enquanto os "industriais de invasões" não aparecem.



Morar no Plano pode ser um bom negócio para o invasor, que se livra de encargos como água, luz e transporte



Luis Fernando de Moraes